EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: TRAGETÓRIA E DESAFIOS ATUAIS

POLIANA BASTOS PIRES VENANCIO

Resumo

O presente artigo, aborda a temática: Educação inclusiva nas escolas brasileiras, sua trajetória e desafios atuais. E tem por objetivo, refletir sobre a história da educação inclusiva no Brasil, as ações governamentais ao longo dos anos, bem como, o papel de cada um dos agentes da educação na promoção e efetivação desses direitos. Traz ainda, um panorama a respeito do trabalho de inclusão nas escolas brasileiras e suas principais dificuldades como: Comunidade escolar despreparada para lidar com a inclusão; Infraestrutura que não atende às especificidades da educação inclusiva, preconceito, e Déficit de profissionais especializados. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa em fontes bibliográficas. Em linhas gerais, os resultados dessa análise, procura trazer a real situação das escolas brasileiras, no que se refere, a efetivação de projetos e ações de inclusão. Entendendo os principais desafios enfrentado pela escola em busca desse objetivo. Para o enfrentamento dessas dificuldades faz-se necessário repensar práticas e intervenções alinhadas a políticas públicas significativas, bem como preparar melhor a comunidade escolar para receber esses alunos, melhorar a infraestrutura das unidades, trabalhar uma cultura escolar que acolha a todos e suprir as escolas com profissionais preparados além de investir em uma metodologia educacional que respeite a pessoa com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. História. Enfrentamento. Acolher.

Introdução

A educação inclusiva no Brasil, assim como em muitos países, apresentou ao logo de sua história, dificuldades e grandes desafios. Mas antes de abordá-los, é importante saber que a educação inclusiva tem por objetivo: garantir o direito de todos à educação, e tem por pressuposto a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas. De modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção, à escola regular e às aprendizagens que estão envolvidas a ela.

Mas, afinal de contas, o que é educação especial? Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, é "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil,1996).

Infelizmente, na trajetória percorrida pela educação inclusiva brasileira, existe muitas marcas de abandono e negligência. Historicamente, as pessoas com deficiência eram excluídas das redes de ensino, assim como de convívio social como um todo, pois eram vistas com "maus olhos" pela sociedade que as enxergavam como uma espécie de "aberração" da natureza. Os próprios familiares, muitas vezes, faziam questão de escondê-las, seja por vergonha ou, para de uma forma ou de outra, preservá-las de críticas ou olhares maldosos. Verdade é que, a educação inclusiva no Brasil, necessita de muitos ajustes, para que ela faça o efeito que se deve fazer, de fato, na vida dos alunos com deficiência. A educação inclusiva Brasileia, enfrenta grandes dificuldades, os quais precisam ser corajosamente combatidos. Entre suas principais dificuldades estão: Comunidade escolar despreparada para lidar com a inclusão; Infraestrutura escolar que não atende às especificidades da educação inclusiva, preconceito, e Déficit de profissionais especializados.

O tema educação inclusiva no Brasil, é bastante recente, uma vez que, apenas na década de 60 esse assunto começou a ser debatido no âmbito social e político nacional. O atendimento escolar especial no nosso país iniciou com a fundação do imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que anos mais tarde recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant, em 1891. De lá para cá muitas leis favoráveis ao tema foram contempladas e muitas ações foram efetuadas no intuito de proteger os direitos educacionais dos estudantes com deficiência. No entanto, por mais que o Brasil tenha uma das Legislações mais avançadas nessa questão, ainda há muito que ser feito para a verdadeira efetivação desses direitos educacionais como: melhorar a infraestrutura das unidades, trabalhar uma cultura escolar que acolha a todos e suprir as escolas com profissionais preparados além de investir em uma metodologia educacional que respeite a pessoa com deficiência.

Objetivo geral:

Pensar sobre a história da educação inclusiva brasileira, refletindo sobre as principais dificuldades enfrentadas por ela, ao longo dos anos. Entendendo a importância de se garantir a todos o direito a uma educação de qualidade, de modo a favorecer a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas.

Objetivo específico:

Entender o processo percorrido pela educação inclusiva no Brasil e seus principais desafios, ao longo dos anos.

Refletir a respeito das dificuldades enfrentadas pelas instituições educacionais brasileiras, para pôr em prática ações que garantam, o acesso, a participação de todos, sem exceção, à escola regular, a aprendizagem de qualidade e igualdade de oportunidades.

Justificativa:

Essa pesquisa científica é importante pois traz á discursão temas necessários para a comunidade acadêmica, bem como, para toda sociedade no que se refere a inclusão educacional. Refletindo principalmente sobre questões como: A garantia de todos à educação de qualidade, a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças humanas, o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção, à escola regular e às aprendizagens que estão envolvidas a ela.

Esse trabalho aborda ainda, os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva no nosso país, bem como, esclarecem maneiras de enfrentá-los para que, dessa forma, todos os alunos, tenham acesso à educação de qualidade, e igualdade de oportunidades.

Metodologia:

Diante do aqui exposto, o nosso desenho metodológico coaduna a perspectiva da pesquisa bibliográfica de, Alex Ribeiro Nunes: "Educação Inclusiva, Teoria e Prática", com o propósito de aprofundar discussão acerca da história da educação inclusiva nacional, e seu cenário atual.

Desenvolvimento

Antes de qualquer coisa, é necessário entender que a educação inclusiva vai além de simplesmente colocar na mesma sala de aula alunos comuns e aqueles com necessidades educacionais. Na verdade, é preciso que as escolas repensem suas metodologias pedagógicas a fim de democratizar a educação.

A educação de estudantes com necessidades especiais também é um terreno de debates intensos, sendo que diversos autores discordam sobre a forma de inserir essa população nos sistemas de ensino. Godoi

É necessário entender que a educação inclusiva engloba os três seguintes grupos: Alunos com deficiência; alunos com transtornos globais de desenvolvimento ou transtorno do espectro autista; alunos com altas habilidades ou superdotação. E que seus princípios, parte da ideia, que toda pessoa tem o direito de acesso à educação; toda pessoa aprende; o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; o convívio no ambiente escolar comum beneficia todos; a educação inclusiva diz respeito a todos.

Os princípios da educação inclusiva parte do pressuposto que:

- Toda pessoa tem o direito de acesso à educação;
- Toda pessoa aprende;
- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos;
- A educação inclusiva diz respeito a todos.

Sendo assim, fica claro o tamanho do desafio em busca desses objetivos, de modo a garantir o direito de todos a educação de qualidade fazendo valer esses princípios.

Durante muitos anos, foi negligenciado o direito educacional às pessoas com deficiência no Brasil. Apenas na década de 60 esse assunto começou a ser debatido no âmbito social e político, com a fundação do imperial Instituto dos Meninos Cegos que tinha por atribuição basicamente ministrar educação moral e religiosa, ensino de música e ofícios fabris. Com o passar dos anos, foram surgindo novas modalidades, mas que, na verdade, a maior parte desses alunos, não tiveram acesso à educação de qualidade. Ou, quando muito, tiveram acesso parcial, a partir dos modelos de segregação ou integração que se dava da seguinte maneira:

No modelo de segregação, o atendimento ao estudante se dava por meio de uma instituição educacional apartada do ambiente da escola regular, denominada escola especial. Infelizmente, nesses locais o estudante, era privado da socialização com seus pares, e o atendimento destinado a eles era de cunho assistencialista, principalmente por existir na época a ideia de que as pessoas com deficiência não conseguiam e nem tinham capacidade para avançar no processo educacional regular. No segundo, o aluno frequentava uma sala de aula inserida dentro de uma escola comum, chamada de sala especial, onde nesse espaço, as atividades escolares eram exclusivamente destinadas a pessoas com deficiência.

A história da educação inclusiva no Brasil é marcada por uma série de práticas assistencialistas e excludentes, onde as pessoas com necessidades especiais se viram afastadas do convívio social comum, pela oferta de serviços, em sua maioria, prestados por instituições públicas, privadas ou filantrópicas (MAZZOTA, 1996).

Da década de 60 para cá, com o intuito de proteger os direitos das pessoas com deficiência, muitas leis favoráveis ao tema foram contempladas e muitas ações foram

efetuadas no cenário nacional. Essas ações foram muitas vezes influenciadas por eventos internacionais, Como: Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990), o Relatório Delors (1993–1996), a V Reunião do

Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (1993) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (Declaração de Salamanca, 1994).

Todos esses eventos, de uma forma ou de outra, contribuíram fortemente para as políticas de inclusão no Brasil. O que para Godoi:

As Legislações dentro do campo da educação inclusiva são muito melhores estruturadas hoje em dia do que em qualquer outro momento do Estado Moderno.

No cenário nacional, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Os estudantes brasileiros com deficiência passaram a ter a garantia do mesmo atendimento dado aos demais educandos, seguindo também os princípios da carta de direitos humanos e das políticas sociais de promoção da cidadania e democracia:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Estabelecida no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) vem para estabelecer que a educação escolar, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Ela, tratou a educação especial como "[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (BRASIL, 1996, documento on-line). Algumas instituições, porém, encontraram na palavra "preferencialmente" uma brecha na lei, para dessa forma negar a matrícula desse público especial.

2. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Organizado pelo MEC, em 2001, as "Diretrizes Nacionais para a Educação

Especial na Educação Básica"; é um documento que traz um aporte teórico sobre a inserção da Educação Especial na escola regular. Apresentando de maneira mais detalhada informações a respeito dos serviços de apoio pedagógico especializado. Nesse documento a palavra inclusão aparece pela primeira vez em substituição ao termo integração.

3. Plano de Desenvolvimento da Educação

Lançado oficialmente a partir do decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). A criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) significou um importante marco para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Ele tratou dos planos de metas Compromisso Todos pela Educação, com dois principais objetivos para combater a exclusão escolar: o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2005) e o Programa Incluir:

Acessibilidade na Educação Superior (2005).

4. Objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Esse documento tem como principal objetivo instruir Estados e Municípios a organizar ações em busca de transformarem suas práticas em ações educacionais inclusivas, assegurando o acesso, a participação e a aprendizagens desse público nas escolas regulares.

Ele orienta os sistemas de ensino a promoverem respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo os aspectos descritos a seguir (BRASIL, 2008):

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para a inclusão escolar.
- Participação da família e da comunidade.
- Acessibilidade urbanística e arquitetônica nos mobiliários e eguipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação.
- Articulação intersetorial na implementação das políticas pública.

5. Diretrizes e normas para a implantação de sistemas educacionais inclusivo

Esse documento vem para estabelecer as normas e diretrizes para implantação, implementação e manutenção da educação inclusiva nos estabelecimentos de ensino regular no nosso país. Tratando do atendimento especializado, dos recursos disponibilizados e serviços, além de orientar quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendiza-

gem nas turmas comuns do ensino regular.

Apesar dos avanços, ainda há muito que ser feito para a verdadeira efetivação desses direitos educacionais. Fato é que, educação inclusiva no Brasil apresenta ainda muitas falhas, necessitando de ajustes para que os direitos garantidos por lei possam fazer o efeito que se deve fazer de fato na vida dos alunos especiais.

Além disso, nem todos os dispositivos dispostos nas leis são cumpridos na prática pelas escolas e faculdades, seja por falta de estrutura, verba ou conhecimento teórico sobre a questão. (godoi)

De acordo com Yasmine Diniz, no site Imagine Educação, os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva brasileira são:

1. Comunidade escolar despreparada para lidar com a inclusão.

Sem dúvida nenhuma, uma das grandes barreiras enfrentada pela educação inclusiva no Brasil, diz respeito ao despreparo da comunidade escolar. Isso acontece principalmente pelo fato do nosso país não possuir uma educação voltada à inclusão. Mas, essa transformação de paradigma, exige professores mais preparados para atender as necessidades do ensino inclusivo. Para isso, dentre outras ações, a formação continuada tem um papel fundamental. Nela o saber é construído à medida que as experiências vão se acumulando e as práticas anteriores vão sendo superadas e transformadas em direção a novas descobertas.

2. Infraestrutura escolar que não atende às especificidades da educação inclusiva.

Um outro desafio enfrentado pelo nosso país, nessa questão, é a infraestrutura das instituições. A escola precisa estar devidamente estruturada com rampas, banheiros acessíveis, piso diferenciado e demais medidas de acessibilidade, para que ela possa desenvolver o ensino-aprendizagem de alunos especiais. O que infelizmente, quase nunca é cumprido, principalmente em escolas públicas.

3. Preconceito

Parece exagero, mas não é, infelizmente o preconceito é uma dura realidade enfrentada pela educação inclusiva no Brasil. E ela acontece, muitas vezes, por falta de conhecimento, informação e respeito por parte da comunidade escolar. A falta de representatividade desse público em altos cargos, a pouca visibilidade dada a pessoas especiais no Brasil, fomenta este tipo de preconceito. E em ambientes escolares, o preconceito e a segregação dá lugar ao bullying. Somente, com políticas efetivas que garantam a inclusão, este tipo de comportamento que ainda permeia a sociedade será extinto.

4. Déficit de profissionais especializados

Existe um déficit de profissionais especializados para atender o público da educação inclusiva nas escolas brasileiras, o que causa sobrecarga dos profissionais e acúmulo de funções que não são as deles. Dessa maneira, os profissionais especializados se sentem sobrecarregados, já que precisam desempenhar mais de um papel nesse processo.

Não haverá uma efetiva inclusão sem que os alunos tenham ao seu lado um profissional especializado, disponibilidade de materiais, ambiente preparado e comunidade escolar aberta para recebê-los.

A Legislação brasileira compreende que, além da criação de serviços e da oferta de profissionais especializados, novas tecnologias e novos instrumentos que facilitem a compreensão dos estudantes devem ser incorporados à escola (BRASIL, 1996).

Tornar uma escola inclusiva requer, sem dúvida nenhuma, transformar a cultura escolar, de maneira a mudar a visão da homogeneidade para a diversidade. Pois é necessário que ela acredite que todos, sem exceção, podem aprender.

Mas afinal, por que a discursão desse tema é tão importante? Segundo a Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quase um bilhão de pessoas no mundo são portadores de alguma deficiência. E as crianças representam cerca de 10% desse contingente. Estima-se que no nosso país, cerca de 24% da população tem algum tipo de deficiência.

A escola, na maioria das vezes, representa o primeiro contato social dessas crianças fora da família, por essa razão, ela precisa estar preparada para atender essa grande demanda.

5. Mas afinal, qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva?

Sim, existe diferenças entre elas. Embora ambos busquem dar melhores oportunidades educacionais para pessoas com deficiência, a educação especial trata-se da utilização de ferramentas didáticas específicas para melhorar o aprendizado e atender as limitações desses alunos, mas sem necessariamente propor a integração deles com a sociedade, em escolas próprias para pessoas com deficiência.

Na educação inclusiva, busca-se aliar a educação regular com a educação especial, ou seja, promove a inserção de crianças com algum tipo de deficiência no ambiente de escola convencional.

É necessário entender que, num ambiente de inclusão, todos saem ganhando. Uma instituição que valoriza a diversidade beneficia tanto os alunos com necessidades especiais, como os demais, que aprendem a conviver com as diferenças, a respeitar as limitações e o tempo do outro. Contribuindo para formar jovens e adultos mais bem resolvidos e, provavelmente, com mais empatia em relação aos outros. Também é uma maneira de combater o bullying e o preconceito na sua raiz. Sendo assim, um ambiente de inclusão oferece a toda comunidade escolar, uma visão de mundo diferenciada, fazendo com que os alunos enxerguem mais amplamente o mundo, a si mesmo e o outro.

Mas é necessário entender que, incluir não significa necessariamente usar as mesmas estratégias de ensino para todos os alunos. É imprescindível, adaptações nos materiais e diversificação de estratégias. Partindo, sem dúvida nenhuma da construção de um Projeto Político Pedagógico integrador, de forma a garantir a mesma oportunidade de acesso ao conhecimento a todos os alunos. Pois cada um aprende da sua maneira, e cada ser é particular.

Segundo Roberta Bencini (Nova escola, 2003, pag): "Ninguém é igual a ninguém. Cada pessoa tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural. É assim na vida, é assim na escola"

A escola deve ser um lugar onde todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades do conhecimento, mas com estratégias de aprendizagens diferenciadas. Para isso, é necessário, romper com arcaicos pensamentos que valorizam e privilegiam determinadas qualidades em detrimento de outras. Cada criança possui suas particularidades, ela é fruto do meio, vêm de famílias diferentes, de realidades diversas. São resultados de suas experiências. Sendo assim, tudo é uma questão de respeitar as diferenças, não há certo ou errado, melhor ou pior.

Toda criança apresenta um ritmo único no processo de aprendizagem, e em especial, a criança com deficiência. Portanto, a instituição de ensino não pode, jamais, cair no erro de achar que incluir, é tratar todos do mesmo modo e trabalhar com todos utilizando as mesmas estratégias.

Para que haja uma inclusão verdadeira, no espaço escolar, se faz necessário partir da elaboração de um projeto de ensino que estabeleça como objetivo central, atender todos os alunos, independente da capacidade que eles venham a apresentar. Respeitando seus tempos, ritmos e limitações físicas e/ou intelectuais. Dando espaço a um ambiente em que todos são tratados com igualdade, com as mesmas oportunidades e com estratégias de ensino aplicadas de forma particular.

Ainda é importante destacar que a Unesco, no seu relatório, feito pela Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI, traz os quatro pilares sobre os quais a educação deve estar baseada:

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a conviver;
- Aprender a ser.

A educação deve estar firmada nesses quatro pilares, para que dessa forma a aprendizagem aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento e que favoreça a igualdade de oportunidade no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida nenhuma, há ainda, um longo caminho a ser percorrido pelas escolas brasileiras, na direção de uma educação para inclusão. Cada vez mais, se faz necessário discutir o tema, propor soluções e elaborar estratégias que venham favorecer uma educação igualitária, em que todos tenham acesso as mesmas oportunidades.

Por fim, o tema educação inclusiva é bastante amplo e com grandes desafios, por essa razão, sem enfrentar de maneiro corajosa suas dificuldades, dificilmente o cenário da educação para inclusão irá modificar, continuaremos a patinar no gelo sem chegar a lugar algum. Se faz necessário, preparar a comunidade escolar para lidar com a inclusão, melhorar a estrutura das instituições para receber esses alunos, eliminar preconceitos e investir em profissionais especializados para que esses possam trabalhar de maneira tranquila e sem sobrecarga de funções. É necessário ainda, entender que os projetos nessa área, precisam necessariamente englobar as dimensões: políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, famílias e parcerias. E deve envolver esses diferentes atores, que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede, onde cada um tem uma atuação importante e seu papel imprescindível.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: TRAGETÓRIA E DESAFIOS ATUAIS

REFERÊNCIAS

Educação inclusiva Lopes, Joseuda Borges Castro; Lopes, Daiane Duarte; Leite,

Vania Aparecida Marques; Chequim, Caroline Corrêa Fortes

Cada um aprende de um jeito (novaes-

cola.org.br)

Os desafios da educação inclusiva | Educaethos

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação

Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. Currículo, conhecimento e cultura. Ministério da Educação, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES

EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.